

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

OBSERVATÓRIO DA INICIATIVA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA PARA O MERCADO DE CARBONO - ILACC

EDITORIAL

No cenário alinhado com o atingimento dos objetivos do Acordo de Paris, as estimativas de um recente relatório da Bloomberg são que os investimentos globais na transição energética têm de chegar a uma média anual de USD 4,84 trilhões, de 2024 a 2030, quase o triplo do nível de 2023. A América Latina e o Caribe (ALC) mais o Canadá (as Américas menos os EUA) investiram apenas USD 83 bilhões, destacando-se a contribuição do Brasil, com USD 34,8 bilhões, como sexto país no mundo que mais investiu na transição energética em 2023 (BNEF, 2024)¹. Portanto, o financiamento climático apresenta uma ALCuna desafiadora para os países da ALC, especialmente aqueles que ainda estão lutando com dívidas, classificações de crédito ruins e encargos econômicos da pandemia da COVID-19.

Como se sabe, a precificação do carbono pode ser uma maneira eficaz de incorporar os custos da mudança climática na tomada de decisões econômicas, incentivando, assim, a descarbonização. Serve também como ferramenta importante para aumentar a receita, direcionar os fluxos financeiros internacionais e impulsionar a inovação. Portanto, considerando uma série de instrumentos de finanças e investimentos sustentáveis disponíveis, os mercados de carbono voluntários e regulados podem ser parte fundamental da solução. Uma nova pesquisa publicada pela *Ecosystem MarketpALC*e encontrou evidências de uma mudança em todo o mercado nos mercados voluntários de carbono (VCM), com a demanda concentrada em torno de créditos de carbono de alta integridade e alta qualidade que têm co-benefícios holísticos além da mitigação das emissões de GEE – foco de análise do Boletim 2 da IALCC. Os dados de transações analisados no relatório mostram um grande salto de 82% nos preços médios dos créditos de carbono entre 2021 e 2022, juntamente com uma queda nos volumes gerais de transações. Ou seja, este é um momento crítico para os mercados voluntários de carbono, já que, apesar de os dados não mostrarem o mesmo tipo de crescimento por volume presente, análises de mercado evidenciam uma mudança crítica e crescente no comportamento do mercado

em relação à integridade e à qualidade, demonstrada por um aumento impressionante no preço médio dos créditos. Os compradores nos mercados voluntários de carbono estão se tornando cada vez mais sofisticados e querem saber o verdadeiro impacto de seus investimentos.

Relativamente ao mercado regulado, o relatório *State and Trends of Carbon Pricing 2023*, desenvolvido pelo Banco Mundial, afirma que quase um quarto das emissões globais de GEE já é coberto por 73 instrumentos (seja um imposto sobre carbono ou um sistema de comércio de emissões – ETS). Novos instrumentos foram implementados na Áustria e na Indonésia, bem como em jurisdições subnacionais nos Estados Unidos e no México. A Austrália está programada para recomeçar a precificação do carbono com um ETS baseado em imposto e países como Chile, Malásia, Vietnã, Tailândia, Turquia e Brasil continuam trabalhando para implementar a precificação do carbono. Embora a adoção destes instrumentos esteja aumentando nas economias emergentes, os países de alta renda ainda dominam.

Este quarto boletim do Observatório da Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Mercado de Carbono (IALCC) faz uma análise geral dos mercados de carbono em 2023, a partir de um panorama global e da ALC nos mercados voluntários e regulados de carbono, visando a captar as oportunidades para a região. A proposta deste boletim, portanto, é aprofundar a análise dos dados disponíveis, a partir da identificação e avaliação de indicadores necessários para fornecer uma visão estratégica do mercado de carbono, tornando possível que a IALCC se torne uma ferramenta de inteligência de mercado. Para tanto, foram utilizados dados contidos em relatórios de mercado, bem como dados granulares fornecidos pela Virídios.

Atenciosamente,

Federico Vignati
Executivo Principal - VSP

¹ BloombergNEF (BNEF). *Energy Transition Investment Trends 2024*. 30 de enero de 2024.

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

O QUE SÃO MERCADOS VOLUNTÁRIOS DE CARBONO?

GLOBAL OVERVIEW



Enquanto os volumes caíram, o ano de 2022 bateu recordes em preço médio dos créditos de carbono transacionados no mundo em 15 anos²



Em 2023, apesar de os dados consolidados ainda não estarem disponíveis, a tendência de queda de volume de créditos emitidos seguiu, enquanto os preços médios parecem ter estabilizado;



Mercado voluntário atingiu US\$ 1,9 bilhões em valor de mercado em janeiro de



Soluções Baseadas na Natureza (SBN) foram o principal impulsionador do elevado valor de mercado. Créditos de projetos de SBN, incluindo projetos florestais e de uso do solo e agricultura, representaram, em 2022, quase dois terços do mercado, em termos de valor.

Volume e preço médio de créditos de carbono no mercado voluntário no mundo, por categoria

CATEGORY	2021			2022			2021-2022 PERCENT CHANGE			2023 (YTD)
	Volume (MtCO ₂ e)	Price (USD)	Amount (USD MM)	Volume (MtCO ₂ e)	Price (USD)	Volume (USD MM)	Volume (MtCO ₂ e)	Price (USD)	Volume (USD MM)	Increase of Value
Forestry & land use	242,339,151	\$1,401,461,426	\$5.78	113,253,651	\$1,148,848,738	\$10.14	-53%	-18%	+75%	\$11.21
Renewable energy	214,508,581	\$463,950,451	\$2.16	92,477,042	\$386,054,729	\$4.16	-57%	-17%	+93%	\$3.97
Chemical processing & industrial manufacturing	17,253,275	\$53,877,016	\$3.12	13,388,788	\$68,531,895	\$5.14	-23%	+27%	+65%	\$4.69
Household / Community devices	8,867,821	\$46,606,814	\$5.36	9,070,331	\$77,590,244	\$8.55	+4%	+66%	+60%	+7.33
Energy efficiency / Fuel switching	10,936,656	\$23,583,132	\$2.16	6,601,354	\$35,577,952	\$5.39	-40%	+51%	+150%	\$3.69
Waste disposal	11,647,530	\$42,292,142	\$3.63	6,207,615	\$44,870,139	\$7.23	-47%	+6%	+99%	\$9.00
Agriculture	987,026	\$9,525,119	\$9.65	3,783,393	\$41,700,362	\$11.02	+283%	+338%	+14%	\$6.43
Transportation	5,405,466	\$6,257,391	\$1.16	176,338	\$770,485	\$4.37	-97%	-88%	+277%	-

Fonte: State of Voluntary Carbon Market (2023)

² Paying for quality. State of Voluntary Carbon Market 2023 (<https://www.ecosystemmarketpALCe.com/publications/state-of-the-voluntary-carbon-market-report-2023/>)

O QUE SÃO MERCADOS VOLUNTÁRIOS DE CARBONO?

GLOBAL OVERVIEW



Os preços médios dos créditos nos mercados voluntários de carbono (VCM) em 2022 foram os mais elevados em 15 anos, enquanto os volumes globais caíram em relação ao pico de 2021. Este aumento de preços permitiu que o valor global do VCM se mantivesse relativamente estável em 2022, em pouco menos de US\$2 bilhões, como foi no ano anterior.

Observa-se um aumento expressivo dos créditos gerados na agricultura entre 2021 e 2022, enquanto os demais setores observaram redução do volume. No entanto, os preços dos créditos de carbono subiram em todos os setores – sinal positivo para fechamento do ano de 2022. O ano de 2023 segue incerto, e até o fechamento do relatório, verifica-se um equilíbrio dos preços.

Neste contexto, espera-se um crescimento contínuo dos créditos de agricultura, à medida que os participantes no mercado procuram soluções climáticas no âmbito da Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo (AFOLU) que eram anteriormente subexploradas ou que se tornaram viáveis desde então após um aumento dos preços de mercado. Apesar da queda em negociações, é notável o crescimento de novos registros de projetos na categoria Transporte em 2022 – a grande maioria registrados no ACR- American Carbon Registry, refletindo o aumento de projetos de eletrificação na América do Norte.

Emissão e utilização de créditos de carbono no mundo (ref Abr/2024)

Projetos Registrados	5.224
Volume Total Emitido	1.955.387.530
Volume Utilizado/Cancelado	1.051.506.796
Volume em Circulação	903.880.734

Fonte: Elaboração própria com base em dados de *Climate Focus VCM Dashboard* (24 Abr 2024)

Atualmente, observa-se que o mercado voluntário de carbono (VCM) está se tornando cada vez mais maduro, e os mercados de carbono de conformidade estão oferecendo novas oportunidades para o VCM sob a forma de uma demanda crescente por créditos elegíveis para o CORSIA e do Artigo 6 do Acordo de Paris. De acordo com dados de referência do início de 2024, quase metade do volume de créditos de carbono emitidos por padrões independentes ainda segue em circulação, enquanto as discussões sobre qualidade e integridade desses créditos se mantêm. Aqui, se espera uma resolução harmoniosa que reflita a grande capacidade e potencial deste mercado e suas contribuições para os demais mecanismos.

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

PANORAMA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC)

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

Apesar de ter uma pequena parcela nas emissões globais de gases de efeito estufa, a ALC tem observado o aumento de suas emissões, principalmente por conta do desenvolvimento energético, industrial e urbano. Portanto, é crucial que os países da região aumentem os esforços na redução das emissões e em medidas de adaptação. A emissão de créditos de carbono da região é bastante significativa. Em 2023, ALC fechou o ano com a 2ª posição em termos de geração, atrás apenas da Ásia. Deve-se observar as vantagens de se ter um protagonismo em projetos de REDD+ e SBN. Entretanto, ainda é preciso que haja uma mobilização na região para a melhoria da qualidade e integridade dos créditos de carbono oferecidos, e consequentemente, um aumento da receita.



A região ALC cresceu em termos de representatividade global no volume total de créditos de carbono por padrões independentes em circulação no mundo, respondendo por **28,3%** de tal volume



Destaque para o aumento da geração de créditos de carbono da Colômbia



Destaque para o grande volume de créditos de SBN gerados na região

Volume de créditos de carbono em circulação no mundo, por fonte e país ALC

	Total	% mundo	% LA&C	NBS (emissões evitadas)	NBS (remoções)	Energias Renováveis	Outros
Brasil	72.270.736	8,0%	28,3%	51.923.446	7.468.606	9.216.935	3.661.749
Peru	41.122.996	4,5%	16,1%	39.084.593	5.796	1.055.016	977.591
Colombia	66.274.935	7,3%	25,9%	43.191.361	10.624.111	11.056.365	1.403.098
Chile	2.110.080	0,2%	0,8%	22.798	317.813	1.125.136	644.333
Argentina	1.922.434	0,2%	0,8%	0	0	1.922.434	0
Mexico	6.296.644	0,7%	2,5%	0	3.358.734	971.037	1.966.873
Uruguai	9.211.481	1,0%	3,6%	0	7.743.663	1.467.818	0
Guatemala	4.725.599	0,5%	1,8%	3.691.695	247.515	500	785.889
Nicaragua	3.207.908	0,4%	1,3%	0	1.597.234	1.610.674	0
Honduras	2.110.461	0,2%	0,8%	0	18.655	338.068	1.753.738
Otros (aprox)	46.200.000	5,1%	18,1%	41.800.000	1.410.000	956.000	2.034.000
Total	255.453.274	28,3%	100,0%	70,4%	12,8%	11,6%	5,2%

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Climate Focus VCM Dashboard, padrões de certificação independentes (25 Abr 2024) ³

A região da América Latina e Caribe segue com um grande potencial gerador de créditos de carbono, principalmente devido a suas vastas reservas naturais, florestas tropicais e potencial energético. Observa-se um aumento percentual da região em relação à geração de créditos de carbono no mundo, representando 28% da geração por padrões de certificação independentes. Entre os países da ALC, os países líderes historicamente são Brasil e Peru, mas outros estão ganhando espaço devido ao aumento da emissão de créditos de carbono, principalmente a Colômbia. O Brasil ainda possui o maior volume de emissões de créditos de carbono em circulação atualmente, representando quase 28% da ALC, seguido agora pela Colômbia (26%) e Peru (16%). Liderando o volume total em circulação, encontram-se créditos relacionados a emissões evitadas, principalmente de REDD+, frutos do desmatamento evitado. Vale ressaltar que este volume representa apenas os principais padrões internacionais independentes, como o VCS, GS, CAR e ACR, Plan Vivo, GCC, ART, Cercarbono, Biocarbon, CF.

Volume de emissões de créditos de carbono em circulação



Brasil **28%**



Peru **16%**



Colombia **26%**

³ The Voluntary Carbon Market Dashboard (<https://climatefocus.com/initiatives/voluntary-carbon-market-dashboard/>)

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1:

5 Notícia ALC

BOX 2:

BOX 3:

6. Entrevista

Entrevista 1'

Entrevista 2

7. Eventos

PANORAMA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC)

Emissões de créditos de carbono em 2023 e acumuladas, por padrão de certificação e país ALC

País	MDL		VCS		Gold Standard		ACR		CAR		Plan Vivo		Total	
	2023	Acumul.	2023	Acumul.	2023	Acumul.	2023	Acumul.	2023	Acumul.	2023	Acumul.	2023	Acumul.
Argentina	2.219.895	18.442.173	485.291	2.907.820	-	24.982	-	-	-	-	-	-	2.705.186	21.374.975
Chile	3.743.860	43.468.933	576.224	4.012.912	524.197	3.758.438	-	-	-	-	-	-	4.844.281	51.240.283
Uruguai	109.939	1.492.974	2.847.985	14.027.823	-	-	-	-	-	-	-	-	2.957.924	15.520.797
Brasil	10.073.500	212.667.998	4.814.476	93.836.245	504.260	1.510.481	-	4.578.056	-	-	-	-	15.392.236	312.592.780
Paraguai	-	6.819	1.009.138	1.699.583	-	-	-	-	-	-	-	-	1.009.138	1.706.402
Peru	483.392	7.970.647	16.880.464	87.557.585	813.992	2.850.866	-	-	-	-	-	-	18.127.948	98.379.098
Bolívia	-	2.873.275	-	22.000	7.073	181.659	-	1.138	-	-	-	164.300	7.073	3.242.372
Ecuador	-	2.826.297	-	93.663	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.919.960
Colômbia	2.117.162	24.172.859	2.752.509	37.353.999	48.307	1.169.303	-	-	-	-	-	-	4.917.978	62.696.161
R. Dominicana	-	857.854	60.000	1.867.925	-	-	-	-	-	-	-	-	60.000	2.725.779
Haiti	-	-	-	-	-	151.059	-	-	-	-	-	-	-	151.059
Cuba	-	1.018.055	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.018.055
Jamaica	-	718.777	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	718.777
Panamá	244.059	2.900.800	6.000	6.000	-	2.741.053	-	-	-	-	-	-	250.059	5.647.853
Costa Rica	-	2.407.063	-	362.644	-	48.801	-	-	-	-	-	-	-	2.818.508
Nicaragua	-	6.322.505	1.500	372.470	292.288	515.278	-	3.913	-	-	1.040.796	3.327.485	1.334.584	10.541.651
Honduras	-	4.331.357	-	324.971	311.896	3.675.253	-	-	-	-	-	-	311.896	8.331.581
El Salvador	141.954	3.052.254	60.902	321.301	-	-	-	169	-	-	-	-	202.856	3.373.724
Guatemala	-	6.047.364	2.327.337	9.833.792	20.172	1.321.719	-	-	-	-	-	-	2.347.509	17.202.875
Belize	-	-	2.012.777	3.423.682	-	-	-	-	-	-	-	-	2.012.777	3.423.682
México	2.534.737	41.169.136	793.130	3.646.992	42.927	235.967	1.372.156	1.686.395	1.797.636	3.024.159	-	805.845	6.540.586	50.568.494
LAC	21.668.498	382.747.140	34.577.733	261.671.407	2.565.112	18.184.859	1.372.156	6.269.671	1.797.636	3.024.159	1.040.796	4.297.630	63.021.931	676.194.866

Fonte: Elaboração própria com base em dados de *World Bank's Carbon Pricing Dashboard* (25 Abr 2024)

Além dos padrões de certificação independentes, que em 2023 dominaram as emissões de créditos de carbono na ALC com aproximadamente dois terços das emissões – com destaque para o VCS, com mais de 50% -, o padrão de certificação internacional estabelecido no âmbito do Protocolo de Quioto – o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) – é bastante relevante. O MDL foi responsável por cerca de um terço das emissões de créditos na região em 2023 e, no acumulado histórico, ainda é responsável por mais da metade dos créditos que foram emitidos na ALC. Além de padrões independentes e internacionais, na ALC também estão se desenvolvendo padrões de certificação domésticos. Estes estão implementados na Colômbia e no Chile, e em desenvolvimento no México. Entretanto, até o final de 2023, apenas o mecanismo colombiano havia emitido créditos (cerca de 130 milhões).

OS MERCADOS REGULADOS DE CARBONO

PANORAMA MUNDO



• 6 Sistemas de Comércio de Emissões (SCEs) implementados e outros 14 em implementação no mundo⁴;



• Além da União Europeia, são 13 países com SCEs nacionais e 23 jurisdições com SCEs subnacionais⁵;



• 18% das emissões globais cobertas (aprox. 10 GtCO₂e);



• Cerca de 58% do PIB global e quase um terço da população global em jurisdições cobertas por SCEs⁶;

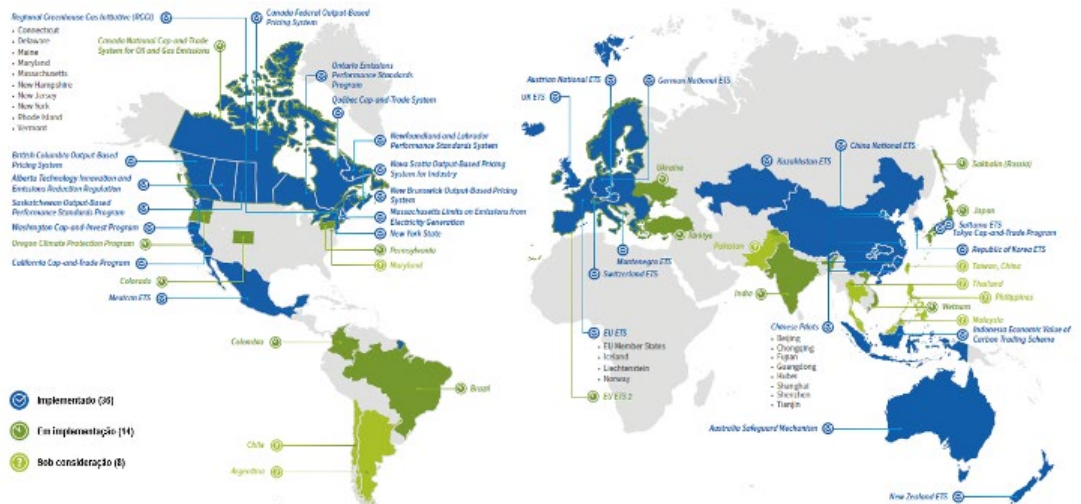


• US\$ 74 bi em receitas governamentais e valor de mercado de cerca de US\$ 950 bi (2023)⁷;



• Preços médios variam muito, de cerca de US\$ 1 / tCO₂e a quase US\$ 100 / tCO₂e.

Mapa de Sistemas de Comércio de Emissões no Mundo



Fonte: *Emissions Trading Worldwide: Status Report 2024* (ICAP, 2024)

No final de 2023 existiam 36 SCEs implementados e outros 14 preparando a implementação ou em implementação no mundo. O SCEs implementados já cobrem quase 10 GtCO₂e, ou 18% das emissões globais de GEE. Neste contexto, cada vez mais países implementam novos mercados regulados de carbono, como o México, a Áustria, a Alemanha e a Indonésia, bem como jurisdições subnacionais nos Estados Unidos. Além disso, como pode ser visto pelo grande número de iniciativas em implementação, esse número deve crescer significativamente em breve, com países como Colômbia, Vietnã e Turquia continuando a trabalhar para implementar seus sistemas de comércio de emissões domésticos e outros, como o Brasil e a Índia, que devem iniciar o processo implementação em breve.

⁴ ICAP (2024), *Emissions Trading Worldwide: Status Report 2024*.

⁵ World Bank's Carbon Pricing Dashboard (<https://carbonpricingdashboard.worldbank.org/>).

⁶ ICAP (2023), *Emissions Trading Worldwide: Status Report 2023*.

⁷ London Stock Exchange Group (<https://carbonherald.com/lseg-global-carbon-market-value-reached-record-949b-in-2023/>).

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

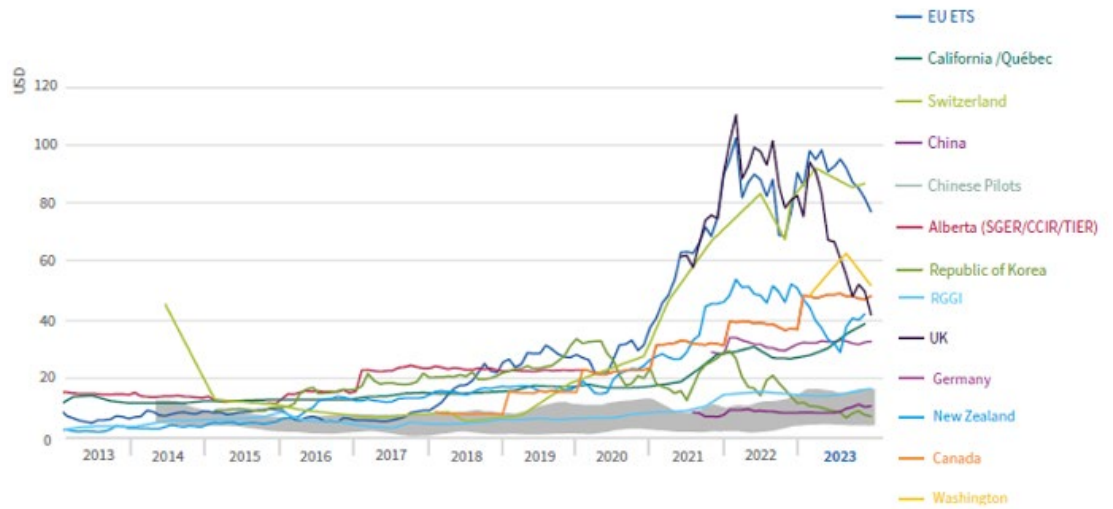
Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

PANORAMA GLOBAL

Evolução dos Preços do Carbono em SCEs no Mundo (US\$/tCO₂e)



Fonte: Adaptado de Emissions Trading Worldwide: Status Report 2024 (ICAP, 2024)

Em termos de valores, o preço médio praticado em SCEs em 2023 ficou relativamente estável. Enquanto isso, o valor de mercado e as receitas governamentais de SCEs atingiram recordes, com cerca de US\$ 950 bilhões e US\$ 74 bilhões, respectivamente⁸.

Ao longo de 2023, houve leve queda nos preços no principal SCE no mundo, o da União Europeia, enquanto em outros SCEs, como o da Califórnia,

PANORAMA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC)

Nos últimos anos, verificam-se esforços para regular as emissões de GEE no caminho da precificação do carbono em diversos países da ALC. Seja com SCEs ou tributos de carbono, é importante destacar a importância da integração desses sistemas com os mercados voluntários de créditos de carbono, assim como parcerias com o setor privado, que estimularão de forma mais acelerada o desenvolvimento dos mercados da região.

- Implementação de Sistemas de Comércio de Emissões na ALC: apenas no México;
- Na Colômbia, um SCE já está em desenvolvimento (Lei aprovada);
- Brasil deve ser o próximo (legislação em estágio avançado de tramitação).
- Além disso, a precificação do carbono na forma de tributação está presente em México, Uruguai, Argentina, Chile e

Colômbia, aplicada sobre o consumo de combustíveis fósseis.

Na região ALC, o único país com um SCE implementado até o momento é o México, ainda que ainda falem passos para a implementação plena do sistema. O 'Programa de prueba del sistema de comercio de emisiones' é um programa piloto iniciado em 2020, com duração de 3 anos, quando entra em vigor a fase operacional. O programa cobre aproximadamente 40% das emissões nacionais. Em 2021, houve as primeiras duas alocações de permissão de emissão e a taxa de conformidade verificada foi de 97%. A fase piloto não gera impactos econômicos, mas a não conformidade reduz a alocação gratuita para a fase de operação.⁹

Na Colômbia, um SCE está em preparação após a aprovação da Ley de Acción Climática, que prevê a implementação de um SCE no país – o 'Programa Nacional de Cupos Transables

continúa ->

⁸ Emissions Trading Worldwide: Status Report 2024 (ICAP, 2024); e Carbon Markets Year in Review, LSEG.

⁹ Emissions Trading Worldwide: Status Report 2022, ICAP.

PANORAMA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALC)

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos



<- *continúa*

de *Emisión de Gases de Efecto Invernadero*. Já no Brasil, desde 2021 foram apresentados Projetos de Lei (PL) no Congresso Nacional para a regulação de um SCE no país. Em 2023, um PL foi apresentado ao Congresso Nacional e, após aprovação preliminar nas duas casas, aguarda-se a avaliação e aprovação no Senado Federal (PL 182/2024). Por fim, no Chile, a *Ley Marco de Cambio Climático* define a implementação de um instrumento de mercado para a precificação do carbono.

Outras iniciativas reguladas de precificação de carbono:

Dentre as regulações de precificação de carbono adotadas na ALC, destacam-se os tributos de carbono, em sua maioria aplicados sobre o consumo de combustíveis fósseis. México, Colômbia, Chile, Argentina e Uruguai adotam tributação de carbono.

Já no Brasil, a regulação que institui um preço de carbono aos combustíveis fósseis é uma espécie de tradable performance standard. O RenovaBio tem desenho peculiar e um ativo (CBIO) que representa 1 tCO₂e evitada ao longo do ciclo de vidas dos biocombustíveis em relação ao substituto fóssil. Este deve ser comprado pelas distribuidoras para o cumprimento de metas regulatórias.

As regulações de precificação de carbono na América Latina e Caribe estão surgindo, e com isso, espera-se avanços em suas respectivas implementações, envolvendo desafios e oportunidades que emergem especificamente em cada país..



Nos últimos anos, verificam-se esforços para regular as emissões de GEE no caminho da precificação do carbono em diversos países da ALC.



Dentre as regulações de precificação de carbono adotadas na ALC, destacam-se os tributos de carbono, em sua maioria aplicados sobre o consumo de combustíveis fósseis. México, Colômbia, Chile, Argentina e Uruguai adotam tributação de carbono.

⁹ *Emissions Trading Worldwide: Status Report 2022*, ICAP.

NOTÍCIAS: MUNDO

ARTICULO 1: DISCUSSÕES SOBRE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO DEIXAM A DESEJAR NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL 2024

Figura 1: Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial, Davos 2024



Fonte: WEF

De 15 a 19 de janeiro, a cidade suíça de Davos foi novamente sede do encontro anual do Fórum Econômico Mundial (WEF – *World Economic Forum*, sigla em inglês), que em 2024 teve como lema “Reconstruindo a confiança”. O evento reuniu cerca de 2.500 chefes de estado e de governo, CEOs de empresas, representantes da sociedade civil, meios de comunicação globais e líderes juvenis procedentes da África, Ásia, Europa, Oriente Médio, América Latina e América do Norte com o objetivo de trabalhar juntos para reconstruir a confiança e moldar os princípios, as políticas e as parcerias necessárias para enfrentar os desafios de 2024.

O fórum se concentrou em responder a perguntas cruciais para promover o futuro por meio de quatro temas principais e interconectados.

- Segurança e cooperação em um mundo fragmentado: com problemas como a situação no Oriente Médio, o objetivo em Davos foi identificar áreas em que a cooperação pode ajudar todos os implicados a chegar a um acordo positivo para todas as partes;
- Criação de empregos e crescimento em uma nova era: o crescimento internacional desacelerou nos últimos anos e é necessário avançar com novas soluções para substituir

as medidas do passado, colocando as pessoas no centro da estratégia;

- A Inteligência Artificial (IA) como motor da economia e da sociedade: A IA é atualmente uma das questões mais importantes em relação ao futuro econômico da nossa sociedade, e é preciso avaliar quais usos são benéficos;
- Estratégia para o clima, a natureza e a energia: o objetivo final de Davos foi o de alcançar um consumo neutro de carbono até 2050 e, ao mesmo tempo, fornecer acesso global à energia, água e alimentos. Para isso, a cúpula quis chegar a um consenso em que todos tivessem voz para discutir como isso será feito.

Apesar de no discurso o WEF 2024 afirmar que uma “estratégia de longo prazo para o clima, a natureza e a energia” era um dos principais temas do fórum deste ano, além de reforçar a necessidade de uma liderança rápida e decisiva, contendo ações urgentes para combater a crise climática e garantir a segurança energética, o encontro foi alvo de críticas no que diz respeito aos avanços na agenda de financiamento climático. Davos 2024 reuniu líderes para discutir maneiras de garantir um futuro de longo prazo que fosse inclusivo, com emissões

continúa ->

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

NOTÍCIAS: MUNDO

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

<- *continúa*

líquidas zero e positivo para a natureza, mas se concentrou, fundamentalmente, no debate sobre o papel das tecnologias de remoção de CO₂, apresentando discussões vagas e pouco propositivas. Mais de 50 iniciativas foram lançadas ou avançadas em Davos este ano, porém, logo após a COP28 e com a guerra e a inteligência artificial (IA) dominando as discussões, será que os quase 2.500 tomadores de decisão presentes mudaram o rumo do debate climático e do papel do setor financeiro neste processo?

O clima de insatisfação se instaurou no WEF 2024, especialmente após as ricas discussões ocorridas no fórum do ano passado (WEF 2023), que destacou o papel dos mercados de carbono voluntários e regulados como importante estratégia utilizada pelos países para impor custos às emissões de GEE. Além disso, os debates do ano passado ressaltaram a necessidade de uma melhor coordenação dessas estratégias de precificação de modo a incentivar o capital privado a investir em mais projetos de emissões líquidas zero em todo o mundo, além da necessidade de endereçar uma barreira enfrentada pelo financiamento privado relativa à falta de padrões e de dados comuns sobre a redução de emissões.

Para deixar o clima um pouco mais agradável, houve o lançamento de uma Declaração de Acordo na agenda de financiamento climático. A ZERO13, iniciativa do GMEX Group que fornece uma plataforma digital de fintech climática, em conjunto com a XTCC, primeira empresa do mundo a oferecer produtos de investimento negociados em bolsa para créditos de carbono de alta integridade provenientes de projetos verificados de energia renovável e agricultura regenerativa, anunciaram uma Declaração de Acordo com o objetivo de investir US\$ 100 bilhões no mercado de capitais em créditos de carbono de alta integridade para ajudar a resolver a lacuna de financiamento climático anual de vários trilhões de dólares. Os signatários do Acordo comprometem-se a melhorar a integridade e a credibilidade dos créditos de carbono e a trabalhar em prol de um modelo econômico que restaurará a confiança no mercado de créditos de carbono e impulsionará sua liquidez.

A ZERO13 e o XTCC conclamam as partes interessadas de toda a cadeia de valor climático

a tomar medidas coletivas e investir ainda mais em créditos de carbono digitalmente verificáveis e de alta integridade. Em colaboração com vários parceiros do ecossistema climático, a Declaração de Acordo funciona como um portal financeiro e digital para financiadores de projetos e investidores em busca de retorno. Ao impulsionar a liquidez por meio de mercados de capital que oferecerão mais oportunidades de financiamento de projetos, a ZERO13 e a XTCC poderão mobilizar capital local e pools internacionais de fundos. Atualmente, estas organizações estão envolvidas em vários países, com mais de US\$ 1 bilhão em projetos financiáveis na Índia, Brasil, Quênia, Ruanda, Seychelles e África do Sul.



Apesar de no discurso o WEF 2024 afirmar que uma “estratégia de longo prazo para o clima, a natureza e a energia” era um dos principais temas do fórum deste ano, além de reforçar a necessidade de uma liderança rápida e decisiva, contendo ações urgentes para combater a crise climática e garantir a segurança energética, o encontro foi alvo de críticas no que diz respeito aos avanços na agenda de financiamento climático.

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

NOTÍCIAS: MUNDO

ARTÍCULO 2: NOVAS REGRAS DA INICIATIVA SCIENCE BASED TARGETS (SBTi) E O USO DE OFFSETS

Figura 2: Las tres categorías de soluciones de carbono azul basadas en la naturaleza



Fonte: WEF

Os últimos meses foram particularmente importantes para a discussão da possível reestruturação do Mercado Voluntário de Carbono, que se viu no auge das críticas associadas principalmente à integridade de sua oferta de créditos de carbono. Neste contexto, em janeiro de 2024, o SBTi¹⁰ anunciou a revisão de seu principal Padrão Corporativo *Net-Zero*, e que esta revisão incluiria orientações adicionais sobre como lidar com as emissões de escopo 3 - aquelas da cadeia de valor de produtos e serviços. Ou seja, a SBTi reconheceu que, quando devidamente apoiado por políticas, padrões e procedimentos baseados em evidências científicas, o uso de certificados de atributos ambientais¹¹ para fins de redução de emissões de Escopo 3 poderia funcionar como uma ferramenta adicional para enfrentar as mudanças climáticas. Consequentemente, a SBTi decidiu estender a sua utilização para efeitos de redução das emissões relacionadas com o Escopo 3 para além dos limites atuais.

No entanto, o anúncio representa uma mudança de posição importante da entidade, que sempre olhou com desconfiança para esse instrumento – e ainda há resistências internas. Um dia depois do anúncio, um grupo de funcionários se manifestou contra a decisão. Eles alegam preocupações com a mudança de posição, com o processo decisório e com a maneira como foi feita a divulgação. Além de pedirem a renúncia do CEO da SBTi, o brasileiro Luiz Amaral, e dos integrantes do colegiado que aprovaram a decisão, eles afirmam que a entidade não pode se tornar uma “plataforma de *greenwashing*, em que as decisões são indevidamente influenciadas por lobistas, motivadas por potenciais conflitos de interesse e pouca aderência aos procedimentos de governança existentes”.

Do outro lado, as empresas que atuam nesse segmento afirmam que há bons e maus atores como em qualquer outro negócio e que o esforço de aprimoramento do mecanismo é constante.

continúa ->

¹⁰ A iniciativa Science Based Targets (SBTi) é uma organização corporativa de ação climática que permite que empresas e instituições financeiras em todo o mundo desempenhem o seu papel no combate à crise climática. A SBTi é resultado de uma parceria entre o CDP (Carbon Disclosure Project), o Pacto Global das Nações Unidas, o World Resources Institute (WRI) e o World Wide Fund for Nature (WWF). A iniciativa visa i) elaborar métodos e ferramentas; ii) engajar empresas e apoiá-las no processo de elaboração de suas metas; iii) avaliar e validar as metas das empresas; e iv) comunicar dados e informações relativos à iniciativa e às empresas participantes.

¹¹ Certificados de atributos ambientais são os créditos de carbono negociados no mercado voluntário, segundo a SBTi, mas não se limitam a esse instrumento

NOTÍCIAS: MUNDO

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

<- *continúa*

Os defensores também dizem que essa é uma maneira eficaz de levar recursos para os países em desenvolvimento e que, diante da urgência da crise climática, não temos o luxo de ignorar nenhuma solução.

As condições específicas de aceitação dos offsets serão divulgadas até julho, mas espera-se que haja limites na quantidade admitida e requerimentos de qualidade dos créditos. Além disso, essa modificação implicará a definição pela SBTi de precauções e limites específicos, bem como as regras a serem aplicadas para que estes certificados sejam considerados válidos para fins de redução de emissões de Escopo 3, respeitando os princípios da hierarquia de mitigação.

Os critérios atuais de avaliação estipulam que as compensações de carbono só podem ser utilizadas para "neutralizar emissões residuais ou financiar medidas de mitigação climática", uma vez que as metas da empresa tenham sido alcançadas. Em outras palavras, o offsetting só é permitido como último recurso no processo de descarbonização, para lidar com as emissões restantes que não podem ser eliminadas com as tecnologias disponíveis. Com a nova diretriz, abre-se a possibilidade de utilizar créditos de carbono para auxiliar as empresas a alcançarem seus objetivos de curto e médio prazo.

No ano passado, o mercado voluntário de créditos de carbono, especialmente aquele relacionado a projetos de preservação florestal, foi abalado por denúncias de benefícios climáticos exagerados, fraudes e exploração de comunidades vulneráveis. Isso resultou na retração dos compradores, preocupados com possíveis danos à reputação, e em uma queda generalizada nos preços. Diversas iniciativas de autorregulação, tanto por parte dos fornecedores quanto dos consumidores, estão em curso para restaurar a credibilidade do sistema.

Portanto, embora sem detalhes específicos, essas definições podem ter impactos significativos em uma ampla gama de projetos, contribuindo para a recuperação do mercado voluntário.



SBTi reconheceu que, quando devidamente apoiado por políticas, padrões e procedimentos baseados em evidências científicas, o uso de certificados de atributos ambientais para fins de redução de emissões de Escopo 3 poderia funcionar como uma ferramenta adicional para enfrentar as mudanças climáticas



Fonte:

[Click aqui](#)

[Click aqui](#)

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

BOX 1

O CRESCENTE PAPEL DA BLUE ECONOMY E DO CARBONO AZUL NA AGENDA CLIMÁTICA

Como se sabe, os créditos de carbono baseados na natureza estão demonstrando ser uma ferramenta eficaz para incentivar a ação climática. Cobrindo 72% da superfície do planeta e tendo absorvido cerca de 40% de todo carbono emitido pelas atividades humanas desde 1850, o oceano e as zonas costeiras podem ser entendidos como os reguladores do clima da Terra. Relatório publicado pela McKinsey & Company (2022) destaca que as soluções climáticas baseadas na natureza focadas no oceano podem desempenhar um papel importante nos esforços de conservação e redução de carbono em todo o mundo. De acordo com a IUCN, os ecossistemas costeiros (como mangues, *tidal marshes* e *seagrass meadows*) sequestram e armazenam mais carbono por unidade de área do que as florestas terrestres e, finalmente, estão sendo reconhecidos por seu papel na mitigação das mudanças climáticas. Além disso, esses ecossistemas também proporcionam benefícios essenciais para a adaptação às mudanças climáticas,

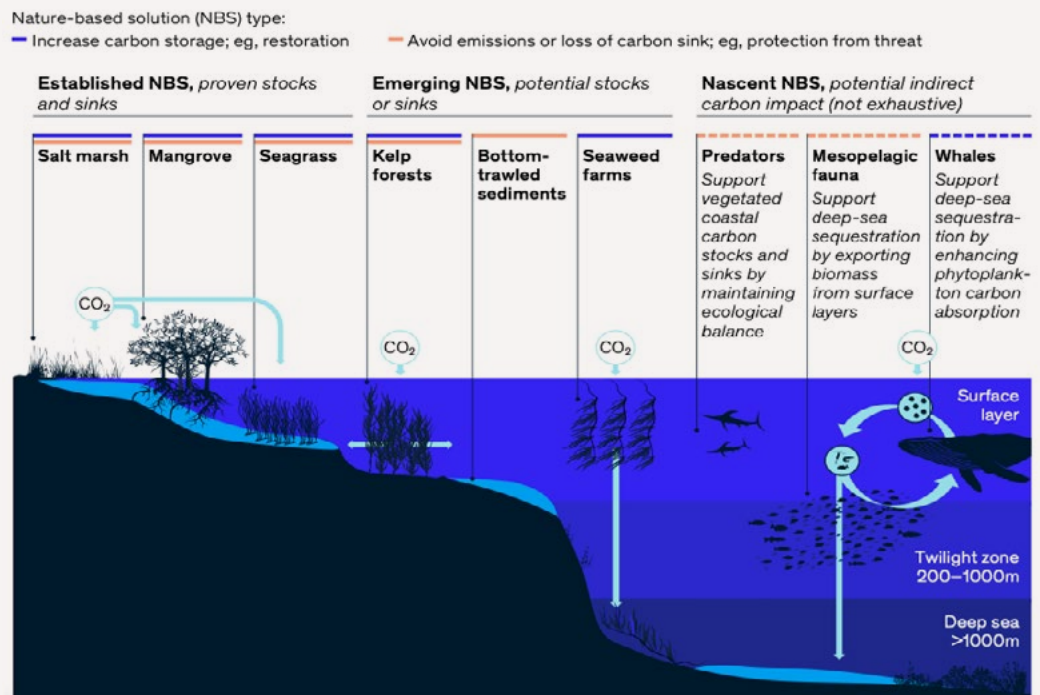
incluindo proteção costeira e segurança alimentar para muitas comunidades costeiras.

Apesar disso, escassas são as iniciativas e baixos são os investimentos direcionados à consolidação do nexos clima-oceano, à promoção da economia azul e ao desenvolvimento do planejamento espacial marinho (PEM). De fato, ainda hoje pouco se tem visto de incentivos e financiamentos de sistemas costeiro e marinho na mitigação do clima.

Nesse bojo, surge o conceito de carbono azul, que é o carbono capturado e sequestrado pelos ecossistemas oceânicos. Desde então, sua demanda tem aumentado de forma particularmente rápida. Na preparação para a COP 27 (2022), uma coalizão global de líderes oceânicos anunciou uma estrutura exclusiva para orientar o desenvolvimento e a compra de projetos e créditos de carbono azul de alta qualidade. O Fórum Econômico

continúa ->

Figura 2: As três categorias de soluções de carbono azul baseadas na natureza



Fonte: McKinsey & Company (2022).

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

BOX 1

<- *continúa*

Mundial (WEF), então, lançou um guia para mercados de carbono sustentáveis baseados no oceano, que foi desenvolvido para fornecer padrões consistentes e aceitos para projetos e créditos de carbono azul para compradores de créditos, investidores, fornecedores e desenvolvedores de projetos.

Os princípios e o guia de carbono azul de alta qualidade foram possíveis graças a um esforço de colaboração entre *Friends of Ocean Action* do Fórum Econômico Mundial, *Salesforce*, *Conservation International*, *The Nature Conservancy*, *Ocean Risk and Resilience Action Alliance* e *Meridian Institute*. Os princípios foram derivados por meio de um processo consultivo, consolidando o conhecimento existente e as melhores práticas para fornecer uma visão compartilhada para a obtenção de créditos de carbono azul de alta qualidade.

O relatório afirma que o carbono azul oferece um investimento de benefício triplo que está atraindo um interesse significativo entre investidores, vendedores e compradores que buscam construir resiliência, reduzir a perda de biodiversidade e capturar e sequestrar carbono. Tais projetos poderiam beneficiar enormemente as comunidades cuja subsistência e bem-estar estão diretamente ligados aos ecossistemas de carbono azul e que enfrentam ameaças significativas das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade. Em suma, os benefícios dos créditos de carbono azul vão muito além da redução das emissões de carbono.

Publicada em julho de 2023, sua segunda edição (*The Blue Carbon and Nationally Determined Contributions: Guidelines on Enhanced Action: Second Edition*) fornece um guia sobre como os países podem incluir o carbono azul em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Esse recurso foi atualizado a partir da publicação inicial de 2020 com estudos de caso adicionais. De acordo com a nova versão do relatório, os ecossistemas de carbono azul (como mangues, *tidal marshes* e *seagrass meadows*) podem contribuir com os compromissos dos países para atingir as metas do Acordo de Paris. Cerca de 151 países em todo o mundo contêm pelo menos um ecossistema costeiro de carbono azul e

71 países contêm todos os três, o que torna o carbono azul uma abordagem amplamente aplicável para lidar com as mudanças climáticas. O documento recomenda uma "tiered approach", semelhante à empregada pelas diretrizes do IPCC, para demonstrar como várias motivações e pontos de partida representam caminhos viáveis para a inclusão de ecossistemas costeiros de carbono azul nas NDCs.

Portanto, fica claro que os ecossistemas costeiros são grandes reservatórios de carbono. Para conter as mudanças climáticas, contudo, é importante não apenas parar de queimar combustíveis fósseis e emitir dióxido de carbono (CO₂), mas também garantir que esses reservatórios de carbono permaneçam intactos. Os pântanos de Cádiz (Espanha) foram escolhidos pela IUCN para criar o primeiro mercado de carbono azul na zona do euro. Com a ajuda do Sistema de Compensação de Emissões da Andaluzia (SACE), que permite que as empresas compensem as emissões de CO₂ que não podem ser eliminadas por meio de planos de conservação e regeneração de ecossistemas, o projeto quantificou o carbono azul da costa de Cádiz e criou um padrão para verificar o impacto de cada uma das ações de restauração.

Na Conferência *Our Ocean 2022*, realizada na República de Palau, a *Salesforce* anunciou um esforço colaborativo global para promover padrões consistentes em torno de projetos e créditos de carbono azul de alta qualidade. A empresa estabeleceu a meta de comprar 1 milhão de toneladas de créditos de carbono azul de alta qualidade, o equivalente a mais de US\$ 10 milhões, nos próximos quatro anos. Apesar de todo seu potencial na agenda azul, a região da América Latina e Caribe (ALC) carece de iniciativas locais, nacionais e regionais robustas que contemplem o carbono azul na agenda climática. Isso deve ser promovido e contemplado nas políticas climáticas latinas e caribenhas, especialmente pela recente promoção da economia azul na região, inclusive contando com aportes do Banco Mundial e da CAF.

Referencias bibliográficas: McKinsey & Company (2022).

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portel, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

NOTÍCIAS: AMÉRICA LATINA E CARIBE

ARTÍCULO 3: O PAPEL DOS POVOS INDÍGENAS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS (PICT) NOS PROJETOS DE REDD+: O CASO DE PORTEL, NO PARÁ (BRASIL)



Empresas nacionais e estrangeiras que atuam no mercado de carbono na cidade de Portel, na Ilha do Marajó, no Pará, estão sendo processadas pela Defensoria Pública do estado, por suspeita de grilagem de terras públicas e uso de documentos sem validade. Quatro ações civis públicas foram abertas na Vara Agrária de Castanhal contra as empresas e a Prefeitura de Portel, que autorizou a construção de diversos projetos nas terras públicas destinadas ao uso e usufruto de comunidades tradicionais.

A denúncia da Defensoria Pública do Estado do Pará afirma que os projetos usaram terras públicas na Amazônia como se fossem áreas particulares para lucrar, de forma irregular, com a venda de créditos de carbono para gigantes multinacionais. A Defensoria aponta que as empresas por trás de projetos de crédito de carbono no município de Portel violaram os direitos territoriais e o direito à consulta das comunidades tradicionais que vivem nas áreas usadas pelas iniciativas. Destaca-se que uma parte das terras dos projetos está sobreposta a cinco assentamentos dos Projetos Estaduais Agroextrativistas (PEAEX), que são terras públicas de mais de 3,3 mil km² de florestas, onde vivem 1,4 mil famílias.

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio dos Centros de Apoio Operacional

dos Direitos Humanos (CAODH) e de Meio Ambiente (CAO Ambiental), e o Ministério Público Federal (MPF) se manifestaram sobre o assunto em julho de 2023, através de notas técnicas. Nos documentos, as entidades enfatizaram que as comunidades locais alegam assédio através de propostas de "melhoria de vida", além de notáveis processos de desterritorialização.

Segundo levantamento realizado pelo g1, portal de notícias brasileiro mantido pelo Grupo Globo e sob orientação da Central Globo de Jornalismo, os representantes das iniciativas sequer revelaram o escopo dos projetos: a maioria dos moradores ouvidos não foi informada que o objetivo era gerar créditos de carbono. Algumas famílias ouviram que receberiam um pagamento com a preservação da floresta, mas essa promessa jamais se concretizou. Também não houve benefício palpável para as comunidades. Os moradores ouvidos relatam apenas o recebimento de poucas cestas básicas e de fogões supostamente ecológicos, mas descritos como "inúteis" para a realidade local.

Os casos refletem alguns problemas no mercado voluntário de créditos de carbono em áreas de comunidades tradicionais (como ribeirinhos, quilombolas e indígenas). Todo esse cenário está em desacordo não só com

NOTÍCIAS: AMÉRICA LATINA E CARIBE

<- *continúa*

tratados internacionais aos quais o Brasil se submete, mas também com as orientações das certificadoras internacionais usadas por projetos de crédito de carbono no mercado voluntário.

De acordo com as entidades, a negociação de créditos de carbono teria sido apropriada ilegalmente graças à grilagem de terras, e a recomendação seria de que os direitos dos povos e comunidades tradicionais devem ser resguardados, a necessidade de intervenção estatal nos contratos de créditos de carbono, necessidade de auditorias para comprovação de garantia de Direitos Humanos das populações locais, e a criação de ouvidorias nas empresas para denúncias. Há problemas parecidos também fora do Brasil. Um relatório produzido por 14 especialistas e publicado pela Universidade de Berkeley (EUA) analisou projetos de carbono do tipo REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), como os de Portel, e concluiu que algumas iniciativas levaram ao deslocamento e desapropriação das comunidades locais.

No início do ano passado, entretanto, um grupo de organizações lideradas por indígenas e baseadas no Sul Global que trabalham em mais de 40 países divulgou uma carta aberta em apoio ao REDD+. Elas enfatizaram que o REDD+ é atualmente uma das únicas maneiras de acessar diretamente o financiamento climático. O REDD+ permite que os povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) continuem protegendo e monitorando seus territórios usando métodos tradicionais; que busquem economias sustentáveis e baseadas na natureza, alinhadas com seus valores culturais; e que garantam os direitos legais sobre suas terras. No entanto, isso não quer dizer que o REDD+ não tenha falhas. Para que os créditos de REDD+ sejam eficazes, eles devem ser da mais alta integridade.

Isso significa que os projetos e os programas jurisdicionais devem proporcionar tanto o sequestro de carbono quanto benefícios diretos à comunidade. Isso é feito por meio do envolvimento dos PICT como parceiros equitativos desde o primeiro dia para garantir que seus direitos e interesses sejam respeitados. Os projetos de carbono de alta integridade seguem as diretrizes do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), permitem o acesso direto dos PICT aos

mercados de carbono e reconhecem seus direitos a quaisquer créditos de carbono desenvolvidos em suas terras. Os projetos e programas jurisdicionais também devem garantir o compartilhamento equitativo e transparente dos benefícios em consulta com as comunidades.

Em uma nota técnica, o Ministério Público Federal (MPF) aponta que projetos de crédito de carbono em áreas de povos e comunidades tradicionais devem garantir:

- O direito de proteção ao território;
- O direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, a ser realizada pelo Poder Público;
- A repartição de benefícios (ou seja, que as comunidades locais recebam algum retorno dos projetos, um exemplo seria o pagamento direto às famílias dos recursos obtidos com a venda dos créditos gerados)
- A avaliação dos impactos sociais e ambientais;
- E, a depender do regime fundiário, o acompanhamento estatal;
- O resguardo dos modos de vida tradicionais.

Em meio a este cenário complexo, no final de 2023, foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente do Senado e, posteriormente, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que cria o Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões (SBCE), regulando as emissões de empresas que emitem acima de 25 mil toneladas por ano. O texto ainda está sob discussão, mas o projeto, além de instituir um mercado regulado, no qual as empresas poderão usar certa parcela de créditos de carbono para compensar suas emissões e, assim, cumprir suas obrigações legais, mantém o mercado voluntário. Em relação à oferta voluntária de créditos, o texto prevê que projetos em áreas de comunidades tradicionais devem obedecer a algumas condições, entre elas (i) a realização de consulta livre, prévia e informada e (ii) a definição de uma regra para “repartição justa e equitativa e gestão participativa dos benefícios monetários derivados da comercialização dos créditos de carbono”.

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

BOX 2

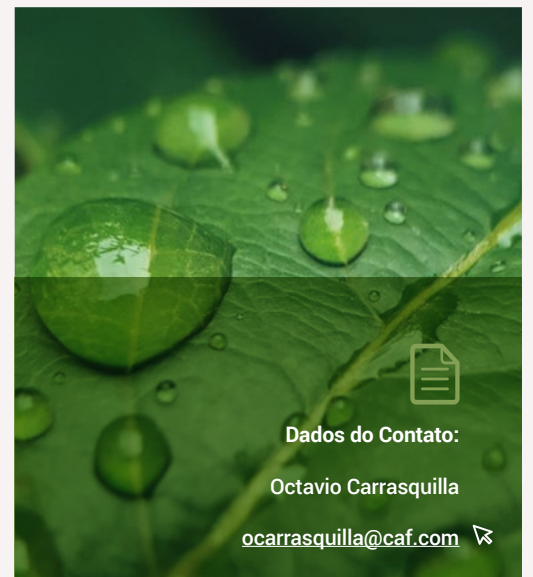
FINANCIAMENTO DO SETOR FLORESTAL E O MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO



Além de ter um forte potencial para atender as necessidades de mercado próprias e internacionais do setor produtivo da América Latina e Caribe, o setor florestal gera mão de obra no âmbito rural, melhora as condições socioeconômicas e aumenta o PIB dos países, pois resulta em divisas e incorpora terras ociosas e degradadas ao sistema produtivo da região. No entanto, inclusive nos países com tradição de desenvolvimento florestal, as condições para o financiamento do setor ainda são inadequadas.

A brecha apontada é caracterizada pela ausência de um modelo de financiamento florestal adequado, que atenda às condições locais, como as próprias da atividade florestal. Os elementos fundamentais que devem ser estabelecidos para criar um modelo de financiamento florestal são a elaboração de guias e manuais operativos para o banco, que incluam capacitação para os funcionários responsáveis do negócio florestal, avaliação dos riscos ambientais, sociais, climáticos, técnicos e financeiros, assim como a definição dos critérios de avaliação, e manuais para os clientes para orientá-los no processo. No entanto, os próprios bancos, tanto de desenvolvimento como intermediários, não consideram este segmento de mercado atrativo devido ao tempo de retorno e aos riscos associados com a atividade.

É neste ponto que se torna estratégico integrar dentro do modelo de financiamento os créditos de carbono do MVC (Mercado Voluntário de Carbono), que podem desempenhar três papéis fundamentais: primeiro, funcionam como indicador de maturidade da gestão do projeto florestal a ser financiado, fora dos esquemas de certificação de gestão florestal e/ou cadeia de custódia do FSC (*Forestry Stewardship Council*), segundo, uma vez que sejam assumidos pela entidade financeira, podem ser utilizados como garantia do próprio financiamento, e terceiro, os torna mais rentáveis e, portanto, mais atrativos.



1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

BOX 3

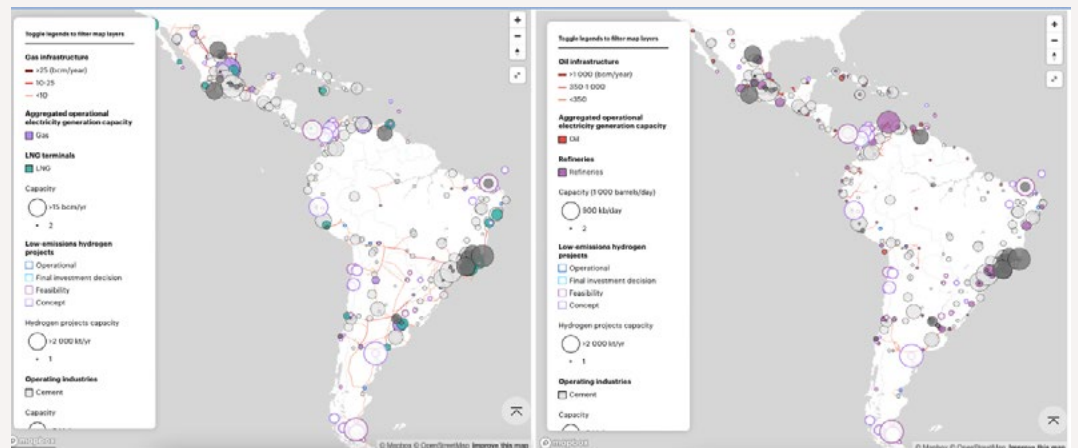
LATIN AMERICA ENERGY OUTLOOK 2023: PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO NOVO ESTUDO DA IEA



Sendo a primeira avaliação profunda e abrangente da Agência Internacional de Energia (IEA) sobre a América Latina e o Caribe (ALC), o *Latin America Energy Outlook 2023* aponta que a região se destaca pela dotação tanto de combustíveis fósseis quanto de fontes renováveis, além de uma parcela significativa dos minerais essenciais do mundo. Isso coloca a ALC em uma posição estratégica quando se trata da transição energética em curso. Além disso, o estudo destaca o histórico de políticas ambiciosas em busca de maior segurança energética e maior sustentabilidade, resultando em uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo.

A ALC é grande e diversificada em termos de desenvolvimento econômico e recursos naturais, seja aproveitando biocombustíveis (Brasil), energia hidrelétrica (Brasil, Venezuela, México, Colômbia, Argentina e Paraguai), ou recursos solares e eólicos de alta qualidade (Brasil, México, Chile ou Argentina); produzindo cobre ou lítio, que são minerais essenciais para as tecnologias de energia limpa (Chile, Peru e Argentina); ou explorando petróleo e gás natural (Venezuela, Brasil, Colômbia, Argentina, México ou Guiana). A Figura 3 evidencia essa diversidade, tão importante para a garantia da segurança energética e para endereçar as metas climáticas.

Figura 3. O sistema de energia da América Latina e do Caribe: mineração, geração de eletricidade, gás natural e petróleo



Fonte. *Latin America Energy Outlook Interactive Map* (<https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/latin-america-energy-outlook-interactive-map>)

continúa ->

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

BOX 3

<- *continúa*



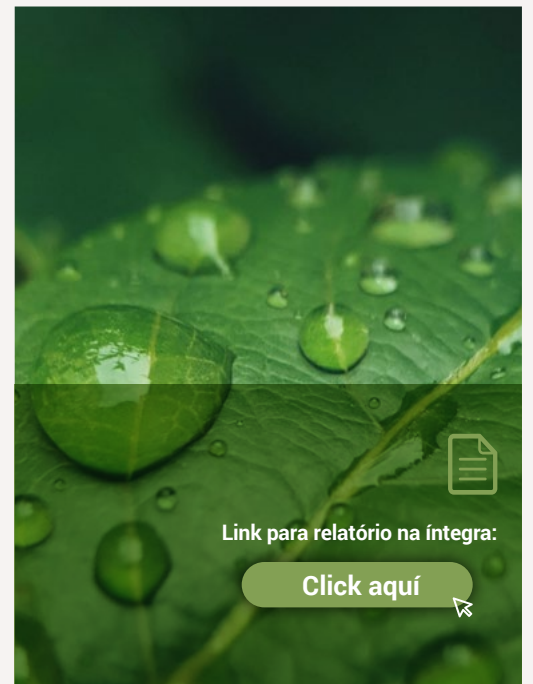
Os combustíveis fósseis são responsáveis por cerca de dois terços da matriz energética da região, consideravelmente abaixo da média global de 80%. Isso se deve à participação de 60% das energias renováveis na geração de eletricidade, da qual a energia hidrelétrica sozinha é responsável por 45%. Além disso, cabe destacar que a ALC foi responsável por apenas 5% de todas as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) relacionadas à energia desde 1971, o que mais uma vez a insere de modo particular e de destaque no panorama global.

De acordo com o relatório, um crescimento econômico mais forte pode ser favorecido por meio das políticas energéticas, e além disso os amplos recursos renováveis apresentam uma oportunidade de tornar o setor de eletricidade na ALC (que já é um dos mais limpos do mundo) ainda mais limpo. Afirma-se, ainda, que a integração regional oferece segurança adicional e benefícios de redução de custos à medida que o mix de eletricidade evolui.

De modo geral, a ALC tem um enorme potencial para expandir a produção de combustíveis de baixa emissão. No entanto, há uma lacuna significativa nessa implementação, já que as configurações políticas atuais levam ao aumento das emissões de CO₂ (na contramão das promessas climáticas). Além do setor energético, as abordagens regionais para reduzir as emissões na região também devem dar atenção especial ao uso da terra e à agricultura. De fato, o investimento em energia limpa precisa de um grande impulso para atingir as metas de redução de emissões relacionadas à energia

e para buscar oportunidades internacionais. Ademais, tratando-se de uma região onde a desigualdade ainda persiste, promover uma transição inclusiva e centrada nas pessoas exige a garantia de acesso universal à energia moderna a preços acessíveis.

O relatório não faz nenhuma menção direta ao potencial regional associado ao mercado de carbono, embora sejam destacadas diversas vezes a necessidade de descarbonização e de se promover a neutralidade de carbono. No estudo, são mencionadas algumas vezes cenários de precificação de emissões de GEE e carbon border adjustment mechanisms.



Link para relatório na íntegra:

[Click aqui](#)

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

ENTREVISTA 1

INSIGHTS SOBRE O RELATÓRIO DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA - 'LATIN AMERICA ENERGY OUTLOOK 2023'

Tomás Bredariol. Energy and Environmental Policy Analyst, International Energy Agency (IEA)

- Como avalia a ambição climática da região no setor energético em relação ao mundo?

Há uma diversidade marcante na região, com países que já estão próximos da neutralidade de emissões e outros com compromissos pouco ambiciosos. Identificamos 16 países com metas de emissões líquidas zero: Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Granada, Guiana, Jamaica, Panamá, Peru, Suriname e Uruguai. Em conjunto, eles são responsáveis por 60% das emissões de dióxido de carbono (CO₂) relacionadas à energia e dois terços do PIB da região. O cumprimento de todos os compromissos e metas climáticas levaria a um declínio no uso de combustíveis fósseis em favor de fontes de baixas emissões, mas no geral as emissões de gases de efeito estufa ainda ficariam muito acima do necessário para cumprir o Acordo de Paris. Além disso, existe uma lacuna significativa da implementação na América Latina e Caribe (e em outras regiões): as configurações atuais levariam ao aumento das emissões de CO₂, enquanto os compromissos climáticos exigem cortes profundos. Abordagens para reduzir as emissões na região devem focar no setor energético, mas também lidar com mudanças no uso da terra e a agricultura que são responsáveis por 45% das emissões regionais de gases de efeito estufa (GEE).

- Quais elementos ligados a uma transição justa que mais se destacam ou preocupam na região?

A região tem um dos níveis mais altos de desigualdade de renda do mundo. Isso é evidente no perfil das emissões relacionadas a energia, em que os 10% mais ricos da população são responsáveis por 40% das emissões totais, enquanto cerca de 17 milhões de pessoas permanecem sem acesso à eletricidade e mais de 10% da população não tem acesso à energia limpa para cozinhar. Uma transição justa exige acesso universal à energia

moderna a preços acessíveis e deve envolver todas as comunidades e grupos étnicos. Isso trará múltiplos benefícios, tanto de saúde quanto econômicos. Os atuais desafios de governança e pressões econômicas criam um caminho delicado para transições justas. Mas existem exemplos interessantes nesta área: o Programa Emprego Verde na Argentina; o plano de ação para uma transição energética justa até 2050 na Colômbia (parte do Plano Energético Nacional); e, no Brasil, o Luz para Todos, o Novo PAC, que tem elementos de segurança e eficiência energética, e o Programa de Descarbonização da Amazônia, que deve reduzir a geração a diesel e proporcionar eletricidade a comunidades isoladas.

- Como liderar a corrida aproveitando os amplos recursos naturais e materiais críticos?

A América Latina e Caribe está diante de uma grande oportunidade. A região está bem posicionada para prosperar, contribuir para a segurança energética global e os objetivos climáticos à medida que transições para energias limpas avançam. Seja aproveitando sua posição de liderança na produção de biocombustíveis; a energia hidrelétrica ou recursos solares e eólicos de alta qualidade; produzindo cobre, lítio e outros recursos importantes de minerais essenciais para tecnologias de energia limpa; ou explorando reservas de petróleo e gás. A sua matriz elétrica é uma das mais limpas do mundo e há muita margem para o crescimento de fontes de baixas emissões, abrindo a possibilidade de produzir bens chave para transições seguras, acessíveis e rápidas – como biocombustíveis avançados, hidrogênio de baixas emissões, baterias e outros produtos de maior valor agregado. Para aproveitar esta oportunidade, são necessários padrões elevados em questões ambientais, sociais e de governança, incluindo atenção às emissões de metano, e políticas energéticas sólidas, bem como cooperação regional e internacional.

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

ENTREVISTA 1

<- *continúa*

- Quais os principais gargalos você vê para alavancar os investimentos necessários na região?

Um desafio é o histórico de alta inflação e as altas taxas de juros e custos de capital relacionados. Isso tem duas implicações importantes. A primeira é que as taxas de juros elevadas fazem com que a rentabilidade de qualquer projeto tenha de ser muito alta, impedindo diversos projetos de irem adiante.

A segunda é que a inflação elevada é acompanhada de instabilidade cambial e de elevados custos de hedge, o que leva investidores a requerer de potenciais projetos garantias de fluxos de caixa previsíveis em uma moeda forte. As preocupações com o sobre-endividamento e o baixo crescimento econômico também desestimulam investidores e financiadores em uma região que sofre de certa instabilidade política. Além dessas questões, a disponibilidade de crédito interno é baixa: a capacidade de poupar é limitada e o mercado de capitais não é bem desenvolvido, nem oferece muita liquidez. Vale notar que a região tem um dos níveis mais baixos de investimento em energia em termos percentuais do PIB no mundo e vários países têm uma infraestrutura energética problemática, incluindo redes elétricas obsoletas e ineficientes, sistemas modernos de armazenamento limitados e desafios na distribuição de energia.

- Visão de futuro da América Latina. O que esperar?

O caminho não vai ser fácil, mas o panorama é positivo. Por um lado, os mercados energéticos, a geopolítica e a economia global estão instáveis

e o risco de novas perturbações está sempre presente. A continuidade dos combates na Ucrânia, mais de um ano após a invasão da Rússia, é agora acompanhada pelo risco de um conflito prolongado no Oriente Médio. O clima macroeconômico não é dos melhores, com uma inflação persistente em algumas regiões, custos altos de financiamento e níveis de dívida elevados. A temperatura média global da superfície já está cerca de 1,2°C acima dos níveis pré-industriais, provocando ondas de calor e outros fenômenos climáticos extremos, e as emissões de gases de efeito estufa ainda não chegaram ao seu pico. Mas, por outro lado, uma nova economia de energia limpa está emergindo e a América Latina e Caribe tem muito a ganhar com isto. Globalmente, o investimento em energia limpa aumentou 40% desde 2020, na região este aumento foi menor, mas ainda robusto: mais de 20%. A pressão para reduzir as emissões é uma razão fundamental, mas não a única. Os argumentos econômicos a favor de tecnologias maduras de energia limpa são fortes. Nem todas as tecnologias limpas estão prosperando e algumas cadeias de fornecimento estão sob pressão, mas há exemplos surpreendentes de um ritmo acelerado de mudança. Do total de nova capacidade de geração elétrica instalada na região em 2022, mais de 90% foram de fontes renováveis. Desde 2020, a capacidade de geração à energia solar adicionada a cada ano duplicou. E, sobretudo, há um enorme potencial para desenvolvimento, a região tem todos os elementos necessários para deslançar. Vai ser necessário combinar políticas inteligentes com estabilidade institucional e muito esforço conjunto, mas a oportunidade está posta.



América Latina e Caribe está diante de uma grande oportunidade. A região está bem posicionada para prosperar, contribuir para a segurança energética global e os objetivos climáticos à medida que transições para energias limpas avançam. Seja aproveitando sua posição de liderança na produção de biocombustíveis; a energia hidrelétrica ou recursos solares e eólicos de alta qualidade; produzindo cobre, lítio e outros recursos importantes de minerais essenciais para tecnologias de energia limpa; ou explorando reservas de petróleo e gás.

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

ENTREVISTA 2

CAMINHOS PARA TRANSFORMAÇÃO DAS FINANÇAS PARA O CLIMA, PESSOAS E A NATUREZA: UM RELATO SOBRE FÓRUM BRASILEIRO DE FINANÇAS CLIMÁTICAS

Luana P. Betti, Economista, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela *London School of Economics* (LSE). Especialista em Finanças do WRI Brasil

Nos dias 26 e 27 de março, em São Paulo, ocorreu o Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas, um evento preparatório para a primeira reunião dos Ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais do G20, que se seguiu nos dias subsequentes. Organizado pela sociedade civil, reuniu cerca de 800 representantes governamentais, do setor privado, de organizações multilaterais de financiamento e da filantropia para discutir uma agenda urgente para impulsionar a ação climática: como ampliar o financiamento para o clima, incluindo pessoas e a natureza.

Três grandes temas permearam as discussões. O primeiro deles foi a importância dos planos de transição que conectam desenvolvimento econômico e social com a ação climática, tendo as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e Estratégias de Longo Prazo (LTS) como eixos estruturantes. Esses planos facilitam a canalização de recursos públicos e privados ao definir um plano de investimentos e estratégia de atração de recursos. Com metas claras, projetos prioritários definidos e setorialmente integrados, custo estimado, os países podem direcionar políticas públicas e direcionar os recursos. Exemplos como o Inflation Reduction Act (IRA) nos Estados Unidos, o New Green Deal na União Europeia (UE) e o 14º plano quinquenal da China foram mencionados, sendo o Plano de Transformação Ecológica brasileiro apontado como um modelo a ser adotado para o sul global, ao conciliar desenvolvimento sustentável e redução de desigualdades, bem como uma estratégia de mobilização de capital.

O segundo ponto discutido foi a necessidade de reforma do sistema financeiro global. As instituições multilaterais de desenvolvimento e os fundos climáticos precisam de reformas para facilitar o acesso a recursos, especialmente aos países em desenvolvimento, estruturando processos mais ágeis e capacidade técnica. O processo de aprovação de operações financeiras por essas instituições leva, em média, no mínimo 2 anos, podendo ser mais dependendo do país. Além disso, há a necessidade de ampliar a oferta de produtos financeiros para além de instrumentos de dívida para esses países, como grants e debt-swaps. Muitos países em desenvolvimento enfrentam crises de endividamento, agravadas pela pandemia de COVID-19, impossibilitando o acesso a essa forma de recursos para ação climática.

Há um consenso de que o sucesso no combate da mudança do clima só acontecerá com a mobilização de recursos privados, já que os recursos públicos não serão suficientes. Para envolver o setor privado, novos produtos e estruturas financeiras também são necessários, principalmente nos países em desenvolvimento. Por exemplo, 81% dos investimentos em transição verde são financiados pelo setor privado nos países desenvolvidos, enquanto esse percentual é de apenas 14% nos países em desenvolvimento. Instrumentos que mitiguem o risco soberano e cambial desses países, além do risco associado às tecnologias sustentáveis, são essenciais para desbloquear o capital privado. O uso de ferramentas de blended finance, securitização de riscos e a iniciativa da implementação de um mecanismo de proteção contra variações cambiais (hedge) para investimentos verdes anunciada por Ilan Goldfajn, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em conjunto com o governo brasileiro, foram apontados como exemplos de soluções.

O terceiro ponto central foi como ampliar soluções baseadas na natureza por meio do setor privado. O Brasil, como detentor de uma das maiores biodiversidades e parte dos países da região amazônica, trouxe para a discussão das finanças sustentáveis o tema de como alavancar recursos para restauração e preservação da natureza. O desenvolvimento de mercados de carbono regulados e o melhor funcionamento do mercado voluntário foram elencados como para impulsionar a preservação e atrair negócios florestais, ao lado de instrumentos dedicados como o Fundo Clima.

O sentimento unânime percebido nos corredores ao final do evento é de um chamado para ação climática concreta, no qual as finanças desempenham um papel fundamental. O Brasil pode exercer um papel crucial nessa agenda nos próximos dois anos, por estar à frente do G20 e ser o anfitrião da COP30 em 2025. Como mencionou Marcelo Furtado, Head de Sustentabilidade da Itaúsa, na abertura do Fórum, "evento é vento". Os caminhos para o avanço foram apresentados, e agora é necessário acompanhar se eles serão levados adiante para transformar as finanças em prol do clima.

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos



ILACC – BREVE PRESENTACIÓN

El objetivo de la Iniciativa Latinoamericana y del Caribe para el Desarrollo del Mercado de Carbono (ILACC) es impulsar la competitividad global de la oferta de créditos de carbono generados en la región de América Latina y Caribe (ALC), fortaleciendo las condiciones para futuros mercados voluntarios y regulados y ampliando su impacto en la generación de empleos, ingreso, nuevas tecnologías, clusters de negocios verdes y combate a la pobreza.

EVENTOS

Colombia Carbon Forum
25 de abril, Bogotá (Colombia)

European Climate Summit
16 – 18 de abril, Florencia (Italia)

Argus Asia Carbon Conference:
13 – 15 de mayo, Kuala Lumpur (Malasia)

Argus Europe Carbon Conference
21 – 23 de mayo, Nice (Francia)

Carbon, Capture, Utilization, and Storage (CCUS) Latin America:
22 y 23 de mayo, Río de Janeiro (Brasil)

Bonn Climate Change Conference
3 - 13 de junio, Bonn (Alemania)

CARBON CAPTURE EXPO South America:
5 y 6 de junio, Río de Janeiro (Brasil)

Carbon Forward Conference – North America 2024
11 y 12 de junio, Toronto (Canadá)

Carbon Management Americas Conference:
25 – 27 de junio, Denver (EE.UU.)

Latin America Climate Summit:
25 – 27 de junio, Cartagena (Colombia)

Argentina Carbon Forum:
27 y 28 de junio, Buenos Aires (Argentina)

Mexico Carbon Forum:
14 y 15 de agosto, Guanajuato (México)

Singapore Carbon Market & Investor Forum:
15 y 16 de agosto, Singapur

New York Climate Week:
22 – 29 de septiembre, Nueva York (EE.UU.)

North America Climate Summit:
24 – 26 de septiembre, Nueva York (EE.UU.)

Carbon Forward Conference – London 2024:
8 – 10 de octubre, Londres (Reino Unido)

CMI's annual Australasian Emissions Reduction (AER) Summit:

29 y 30 de octubre, Melbourne (Australia)

1. Editorial

2. Os Mercados Voluntários de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe (ALC)

3. Os Mercados Regulados de Carbono

Panorama Global

Panorama na América Latina e Caribe

4. Notícias Mundo

Discussões sobre financiamento climático deixam a desejar no Fórum Econômico Mundial 2024

Novas regras da iniciativa Science Based Targets (SBTi) e o uso de offsets

BOX 1: O crescente papel da blue economy e do carbono azul na agenda climática

5. Notícia ALC

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (PICT) nos projetos de REDD+: o caso de Portal, no Pará (Brasil)

BOX 2: Financiamento do setor florestal e do mercado voluntário de carbono

BOX 3: Latin America Energy Outlook 2023: principais conclusões do novo estudo da Agência Internacional de Energia (IEA)

6. Entrevista

Insights sobre o relatório da Agência Internacional de Energia - 'Latin America Energy Outlook 2023'

Caminhos para transformação das finanças para o clima, pessoas e a natureza: um relato sobre Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas

7. Eventos

COMITÊ EDITORIAL:

Gladis Genua - Directora CAF
Federico Vignati - Executivo Principal (Coordenação CAF)
Agustin Fregossi - Executivo Principal
Nelson Larrea - Executivo Principal
Marcelo dos Santos - Executivo Senior
René Gómez- García - Executivo Senior
Fernando Branger - Executivo Senior
Pablo Galindez - Executivo Senior
Juan Odriozola - Economista Principal
Jaime Paz - Executivo Senior
Boris Olivas - Executivo Principal
Patricio Scaff - Executivo Principal
Hernan Vidal - Abogado Principal

COLABORADORES:

Luana P. Betti
Tomás Bredariol
Octavio Carrasquilla

EQUIPE TÉCNICA - UFRJ:

Emilio Lèbre La Rovere (Coordenação), D.Sc.
Luan Santos, DSc.
Thauan Santos, DSc.
Guido Penido, MSc.
Carolina Grangeia, MSc.

TRADUÇÃO:

Ruth Carola Mittrany (Centro Clima / COPPE / UFRJ)

DESENHO:

Tundra Taller Creativo | Tundra.pe

FOTOGRAFIA: Adobe Stock, Unsplash

ILACC FOCAL POINTS

Paola Cleri	BICE
Pablo Mazzino	BICE
Soledad Ovando	Banco del Estado
Solange Encina	Banco del Estado
Gabriel Maceron Santamaria	Banco do Brasil
María Fernanda Manrique	Bancoldex
Claudia Marcela Gutiérrez	Bancoldex
Cláudia Prates	BNDES
María Isabel Moncayo	CFN
Ana Villalta	Bandesal
Maya León	Bandesal
Edna Ayala	Bandesal
Ivan Vicente Cornejo	NAFIN-Bancomext
Emiliano R. Fernandez	AFD
Paul Bringas	Cofide
Navin Dookeran y	Eximbank
Yoganan Dipchan	Eximbank
Lorena Sánchez Campella	BROU
Ashwin Haresh Harpalani	ICO (Instituto de Crédito Oficial)